

História de Bertioga

Carlos Eduardo de Castro
Prefeitura Municipal de Bertioga
cadudecastro@terra.com.br

Ao se considerar a história de Bertioga como município independente, pode-se caracterizá-la praticamente como uma “adolescente”, pois em 1943 foi anexada pelo Governo de São Paulo à cidade de Santos. Elevada a subprefeitura e depois distrito, em 1991 se realizou um plebiscito onde se votou por sua emancipação. Em 1992 ocorreram as primeiras eleições municipais e em 1993 o primeiro prefeito tomou posse. Entretanto, a história de Bertioga é muito anterior à sua emancipação como município. Muito antes da chegada dos colonizadores a região já era ocupada por grupos humanos. Primeiro pelos sambaquieiros, mais tarde pelos tupi.

Bertioga foi logradouro estratégico nos primeiros anos da colonização do Brasil e palco de eventos relevantes da História brasileira. Assistiu à chegada de Martim Afonso de Souza, em 1532; abrigou a primeira fortificação militar do país construída com planta real e em alvenaria, o Forte de São Tiago; testemunhou inúmeras batalhas entre os tupiniquim e seus aliados portugueses contra os tupinambá, que habitavam as terras de São Sebastião a Cabo Frio; aquartelou o alemão Hans Staden e presenciou a sua captura pelos tupinambá; recebeu os jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, que desenvolveram o trabalho de catequese dos curumins; acompanhou a organização e saída da esquadra comandada por Estácio de Sá, que lutou e expulsou os franceses e fundou a Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro; viu entrar por seu canal o galeão Roebuck, do corsário Thomas Cavendish, que tomou a vila de Santos em 1593; alojou uma grande armação de baleias no século XVIII; e, impávida, viu a urbanização se desenvolver e seus loteamentos e condomínios espriarem-se ao final do século XX.

Hoje, por suas reminiscências, Bertioga é cenário memorável da História do Brasil. Portanto, o conhecimento, a valorização e a difusão desta História é de grande relevância para a compreensão da formação do país.

Forte de São João de Bertioga

Era três de dezembro de 1530, quando a expedição armada pelo rei de Portugal, D. João III, parte de Lisboa com destino às terras do Brasil. Composta por cinco naus e aproximadamente 400 homens, ficou sob o comando de Martim Afonso de Souza, fidalgo português que recebeu plenos poderes do rei em carta régia.

Poderes estes de vida e de morte sobre os seus comandados, assim como as atribuições de descobrir e ocupar terras, e distribuir sesmarias. Entretanto, o grande objetivo de D. João III ao enviar a esquadra não era o de colonizar as novas terras, mas sim o de fazer uma incursão pelo Rio da Prata que, por conta de muitas lendas e raras evidências, conduziria à região de imensas riquezas.

Em fins de janeiro de 1531, a esquadra avistou o Cabo de Santo Agostinho. Lá, combateu franceses traficantes de pau-brasil que assediavam a costa brasileira. Seguiu em direção sul enquanto uma de suas naus procedia a uma expedição ao Amazonas, que seria frustrada pelo mal tempo na região.

Em março chegou à Baía de Todos os Santos onde conheceu Diogo Álvares, o Caramuru. Mais tarde atracou no Rio de Janeiro, onde permaneceu por quatro meses. Segundo a Carta de navegação de Pero Lopes, no dia 22 de janeiro de 1532, Martim Afonso veio dar na desembocadura de um rio, região de imensa beleza natural. O local era denominado pelos tupiniquim, Burikioca, “a casa do macaco grande (mono-carvoeiro)”.

Aqui, alguns homens de Martim Afonso construíram uma caíçara, chamada também de paliçada, fortificação feita com estacas de madeira. A região ocupada pelos tupiniquim sofreu seguidas investidas de seus inimigos, os tupinambá. Estes últimos eram grandes guerreiros que ocupavam as terras de São Sebastião a Cabo Frio, e que se aliaram aos franceses na luta contra tupiniquim e portugueses.

Os sucessivos ataques acabaram por destruir o fortim, que foi reconstruído pelos irmãos Braga, filhos de um português, Diogo Braga, e de uma índia cristianizada, ao que eram chamados mamelucos, palavra que designa o produto da miscigenação entre o homem branco e a mulher índia. Nascidos em Santos, tiveram grande destaque na história local e na guerra contra os tupinambá.

A entrada do Canal da Bertioga era posição estratégica a ser defendida pela coroa portuguesa e pelos luso-brasileiros, pois dava acesso às Vilas de São Vicente e Santos. Luis Góes, fidalgo e proprietário de terras na região, enviou uma carta a D. João III, rei de Portugal, reivindicando a ajuda real para a defesa de Bertioga:

“Mui alto e mui poderoso Senhor, que se com o tempo e brevidade vossa Alteza não socorrer a estas capitânicas e Costa do Brasil, que ainda que nós percamos as vidas e fazendas vossa Alteza perderá a terra”

Em 1551 um ataque tupinambá destruiu a paliçada construída pelos irmãos Braga, e neste mesmo ano um alvará régio deferiu o requerimento dos súditos de São Vicente. O Rei ordenou a construção em alvenaria do forte em Bertioga. Foi a primeira fortaleza construída com projeto arquitetônico enviado de Portugal na costa brasileira e em alvenaria.

Segundo relato do Governador Geral da colônia, Tomé de Souza, à D. João III, as obras se iniciam no ano de 1553. À planta original, enviada pela coroa, foram feitas algumas adaptações às condições locais. O forte foi erigido em pedras unidas por argamassa à base de barro, cal de sambaquis e óleo de peixe, que nada mais era que óleo de baleia.

Seguiu as normas de construções militares ibéricas do período renascentista. É interessante se observar a orientação horizontal da construção, que a diferencia das fortalezas medievais, pois estas possuíam muralhas verticalizadas. Isto se deve ao fato de que houve uma grande transformação tecnológica bélica. Os projéteis, que em princípio eram impulsionados por força elástica, (arco e flecha, catapultas, etc.) passam a ser lançados por explosão. É o que chamamos de pirobalística. Portanto, já não se justificava as grandes muralhas verticais das fortalezas medievais, que seriam vulneráveis aos tiros de bocas de fogo, bombardas e, mais tarde, de canhões.

Entretanto, a planta original sofreu alterações para adaptá-la às necessidades locais. Segundo Mori, “a hipótese mais provável, sobre a adaptação do projeto efetuado por Tomé de Souza, seria que a ‘*traça*’ enviada de Portugal fora concebida dentro dos novos conceitos renascentistas determinados pelo desenvolvimento da pirobalística. A realidade local vivenciada pelo Governador Geral, onde os indígenas ainda desconheciam a balestra ou a catapulta, o teria levado a construir um ‘forte de transição’, que defendesse tanto as armas de fogo das naus francesas como das flechas dos tupinambás (tamoios). Voltada para o canal, a ‘torre’ com suas canhoneiras e guaritas, denunciava o projeto erudito da ‘cortina horizontal’ dentro dos princípios da ‘pirobalística’. E para o lado da terra firme uma ‘estacada dobrada’ ou dupla paliçada cercando o alojamento e talvez até mesmo a casa dos povoadores, para se defender do ‘combate de contato’ sempre freqüente dos contrários, dentro dos ditames da neurobalística.”

À leste do forte, próximo à praia, havia uma pequena capela em homenagem a São João. Uma forte ressaca levou os moradores do povoado a transferirem a imagem de São João para dentro do Forte de São Tiago. Os moradores da região passam a se referir ao Forte que abrigava o São João e, aos poucos, substituíram o nome de Forte de São Tiago para Forte de São João, nome que o acompanha até hoje.

Nos séculos seguintes à sua construção o Forte da Bertioga sofreu algumas alterações: a muralha foi reconstruída e aumentada no século XVIII e a paliçada foi retirada. Apesar das reformas e

reconstruções o edifício mantém as linhas arquitetônicas das fortificações renascentistas do século XVI, o que a torna patrimônio de grande relevância para a História brasileira.

Em 1940 o Forte é tombado pelo SPHAN como Patrimônio Histórico Nacional, e dois anos após iniciam obras de restauração supervisionadas pelo arquiteto Luís Saia. A última restauração é de 1997, quando incorporaram ao forte todos vestígios do edifício primitivo.

Hoje, a fortificação abriga o Museu do forte de São João e está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Desenvolvimento Cultural da Prefeitura de Bertioga, representada por Vanessa Prado Signorini. É aberto a visitação pública todos os dias da semana, das 09hs:00 às 18hs:00, e o acesso é gratuito.

O acervo é composto por duas peças de artilharia, que se encontram na praça de armas, bem como réplicas de armas e armaduras do século XVI. No que foi um dormitório para os soldados encontra-se uma releitura, produzida por um pintor da cidade, da tela de Benedito Calixto que reproduz a partida de Estácio de Sá para combater franceses no Rio de Janeiro. No corredor em frente à antiga sala do condestável estão dispostas cópias de gravuras produzidas a partir dos relatos de Hans Staden, que ilustram os rituais antropofágicos tupinambá.

No Parque dos Tupiniquins, que compõe o entorno da fortificação encontramos três conjuntos escultóricos que representam personalidades relevantes para a história de Bertioga e do Brasil, quais sejam: o guerreiro tupinambá Cunhambebe, José de Anchieta e Manoel da Nóbrega catequizando índios tupiniquim, e Hans Staden e seu escravo carijó. Todos personagens do século XVI reproduzidos em fibra de vidro com acabamento simulando bronze patinado.

Desde 2006 a empresa Expedições Terra Brasilis Projetos Culturais, em parceria com o SESC Bertioga, desenvolveu o projeto Expedição Bertioga, História e Poesia, que consiste em uma visita ao forte acompanhada por um historiador com intervenções poéticas de um ator caracterizado em personagens ligados à história da região. As apresentações semanais, sem dia fixo, são oferecidas aos hóspedes do SESC Bertioga. Foram atendidas aproximadamente 6 mil pessoas desde outubro de 2006.

Em 2009 realizou-se o primeiro curso de formação de Monitores Especializados em Atrativos Culturais de Bertioga, com o objetivo de capacitar e qualificar profissionais para atender a demanda de visitantes do Forte de São João. Foram certificados 40 monitores, sendo que hoje trabalham no forte 6 monitores, 4 guardas municipais e 2 ajudantes gerais. Outros monitores credenciados, porém não contratados pela prefeitura, atuam na recepção de turistas na cidade conduzindo-os em visita aos espaços e patrimônios culturais.

Em frente ao Forte de São Tiago da Bertioga, na Ilha do Guaibê, atual Guarujá, foi edificada, no século XVI, uma paliçada menor denominada Forte de São Felipe, onde viveu Hans Staden.

Aldeia Tupinambá e Hans Staden

Quando os europeus chegaram às terras que viriam a ser chamadas Brasil, encontraram uma população nativa bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo de toda costa e na bacia Paraná-Paraguai.

Esta população subdividia-se em dois blocos: ao sul, os Guarani, que ocupavam a bacia citada acima e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia; e os Tupi, que dominavam a faixa litorânea de Iguape ao Ceará. Em alguns pontos do litoral este contínuo tupi-guarani era interrompido com a presença dos Charrua, no estuário do rio da Prata; dos Goitacá, na foz do rio Paraíba; dos Aimoré, ao sul da Bahia e norte do Espírito Santo; e dos Tremembé, na faixa entre o Ceará e Maranhão. Estas populações eram denominadas tapuias, termo genérico para os índios não-Tupi.

Segundo Brochado, a ocupação total do litoral brasileiro teria ocorrido entre os períodos de 700 e 1200 d.C. Entre os grupos Tupi encontramos os Tupiniquim, que habitavam a porção do litoral

entre Iguape e Bertioga, incluindo o planalto paulista; e os Tupinambá, que ocupavam o território de São Sebastião até Cabo Frio, dominando também o Vale do Paraíba.

Os tupiniquim e tupinambá pertenciam à mesma etnia, ou seja, falavam a mesma língua, possuíam costumes similares e eram fisicamente bastante parecidos. Entretanto, eram adversários obstinados e estavam sempre em guerra entre si. Enquanto os tupiniquim apoiavam o processo de ocupação português, os tupinambá eram aliados dos franceses, portanto, as disputas entre os dois grupos indígenas atingiram diretamente os europeus que viviam nestas terras.

Outro fator relevante é que tanto tupiniquim quanto tupinambá realizavam rituais antropofágicos, aprisionando, abatendo e comendo seus oponentes. Estes rituais foram descritos em seus pormenores por aventureiros que tiveram contato com os indígenas no século XVI, como Hans Staden, Anthony Knivet, José de Anchieta e Jean de Léry entre muitos outros.

Os relatos são similares e descrevem que, modo geral, o adversário aprisionado era levado para aldeia onde era recebido de forma hostil. Entrava gritando para as mulheres: “Estou chegando, eu, vossa comida”. Estas, cantando e dançando, o cercavam dando-lhe socos e dizendo que, assim, vingavam seus parentes.

Travava-se um diálogo com os homens sobre vinganças passadas e futuras. Então o cativo era preparado para uma dança ritual chamada poracê, quando prendiam chocalhos ao seu tornozelo para que ele participasse. Depois, era levado à oca de seu captor onde passava a viver até o dia de sua execução. Sua estada na aldeia inimiga podia durar dias ou meses.

Geralmente recebia de seu captor uma irmã ou filha para tomar como esposa. Curiosamente, *tobajara*, o termo que designa o inimigo é o mesmo que nomeia o cunhado. Porém, este inimigo era um cunhado *sui generis*, pois em vez de fornecer alimento para sua esposa, recebia comida, para ser depois, ele mesmo, devorado pelos membros da aldeia.

A execução pública do rival era o evento central da vida social dos grupos tupi. Frei Cardim escreveu:

“De todas as honras e gostos da vida, nenhum é tamanho para este gentio como matar e tomar nome nas cabeças de seus contrários, nem entre eles há festas que cheguem às que fazem na morte dos que matam com grandes cerimônias.”

Para os rituais era comum receberem convidados de outras aldeias com as quais, geralmente, tinham laços de parentesco. Preparavam o caium, bebida fermentada feita a base de mandioca ou milho, que regava as festividades da véspera da execução.

Na manhã seguinte o cativo era pintado e amarrado pela cintura com a mussurana, corda feita de algodão ou fibra de imbirá. Depois era levado ao terreiro, onde esperava pelo seu algoz. Este recebia a ibirapema de um velho matador e então iniciavam um diálogo ritual:

“Tu e os teus mataram muitos de nossos parentes e amigos. Vamos vingar agora essas mortes. Nós te mataremos, assaremos e comeremos”

Ao que a vítima em potencial respondia:

“Tu me matarás, porém eu já matei muitos companheiros teus. Ao me comerem farão apenas o que já fiz com os seus. Meus parentes virão me vingar”

Após sustentarem vinganças passadas e futuras, o algoz desferia o golpe de ibirapema contra a nuca ou a testa de sua presa. Este golpe era forte e certo. Recolhia-se o sangue, se espartilhava e moqueava o inimigo. O único que não o comia era o executor. Este se recolhia. Sua pele era escarificada, ostentando a marca da sua vítima. Tomava o nome daquele que matou. Os grandes guerreiros ostentavam muitos e muitos nomes.

A morte pública atribuía honra não só ao algoz, mas também à vítima. Era a morte desejável do guerreiro.

José de Anchieta relata com surpresa a execução de um cativo dos tupiniquim que, quando exposto no terreiro, “mostrava tão grande ânimo e festa que mais parecia que estava para matar os outros do que para ser morto.”

Nas palavras de Monteiro, “o estômago inimigo era a sepultura ideal”. Entretanto, esta era a forma como entendiam os indígenas, mas não os europeus, que se sentiam aterrorizados com estes costumes dos nativos.

História que ilustra bem este fato é a de um arcabuzeiro alemão, chamado Hans Staden. Como muitos aventureiros da época, Staden embarca para o Brasil em busca de riquezas.

Em sua primeira viagem, de 1547, partiu do porto de Lisboa numa nau capitaneada por Penteado, que desejava vir para o Brasil em uma viagem de comércio. Trazia também para a colônia, seguindo ordens reais, alguns degredados. Enfrentaram duras tempestades na travessia do Atlântico e depois de 84 dias no mar chegaram ao Cabo de Santo Agostinho, na costa de Pernambuco.

Atendendo ao pedido de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, socorreram aos portugueses sitiados pelos caeté em Igarauçu. Ao fim do cerco, abasteceram a nau com água potável e farinha de mandioca e deram prosseguimento à viagem.

Ao chegar ao porto dos Potiguaras, encontraram uma nau francesa que fazia contrabando de pau-brasil. A atacaram, porém, foram atingidos por um balaço de canhão que destruiu o mastro principal e matou e feriu muitos da tripulação. Como os ventos eram desfavoráveis ao prosseguimento da viagem, o capitão Penteado decidiu por regressarem a Portugal. As expectativas de Hans Staden haviam se frustrado.

Porém, o alemão perseverou e dois anos mais tarde se lançou na sua segunda aventura às terras do Novo Mundo. Desta vez optou por vir com os espanhóis. Eram três embarcações que tinham como destino *el Rio de La Plata* e estavam sob o comando de Dom Diego de Sanabria, que deveria tornar-se governador a serviço do rei de Espanha naquela região.

Ventos desfavoráveis e tempestades afastaram a frota de sua rota, fazendo com que ficassem seis meses no mar. O ponto de encontro marcado pelo capitão era a ilha de Santa Catarina a 28 graus de latitude. Porém, chegaram primeiramente à enseada de superagui.

De lá, rumaram para a ilha de Santa Catarina. Alguns infortúnios impediram a viagem ao Rio da Prata, o que os obrigou a mudarem os planos e tentarem navegar até a ilha de São Vicente. Entretanto, alguns erros de navegação levaram a última embarcação remanescente a naufragar na altura da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Seguiram, então, por terra até São Vicente.

Nas palavras de Hans Staden:

“Viajamos por terra para São Vicente, onde os portugueses nos receberam de modo muito amistoso e até nos alimentaram de graça durante algum tempo”.

Próximo a São Vicente ficava o povoado de Bertioiga. Era por lá que chegavam, em suas expedições de guerra, os tupinambá, inimigos dos tupiniquim e portugueses.

Bertioiga era local estratégico na defesa das vilas de Santos e São Vicente. E o canal, que se estende por aproximadamente 30 quilômetros, era a via de acesso mais indicada, já que o mar aberto era de difícil navegação.

Daí, a necessidade de se fortificar a região. Primeiro foi erigido o forte de São Tiago, que anos mais tarde seria renomeado como forte de São João, depois, o forte de São Felipe, construído na ilha de Santo Amaro, diametralmente ao São Thiago.

Antes da construção do São Felipe os tupinambá realizaram incursões a São Vicente passando pela guarda do São Tiago. Nestas incursões aprisionaram moradores da vila, que foram sacrificados em seus rituais antropofágicos.

Hans Staden foi contratado por quatro meses para fazer guarda no São Felipe. Este posto despertava temor entre os portugueses que viviam na região de São Vicente, pois a construção rudimentar oferecia precária segurança aos seus ocupantes. Entretanto, estes conseguiram rechaçar alguns ataques tupinambá.

Alguns meses depois chegou à região Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil. Este ofereceu a Staden a prorrogação de sua estada como condestável do forte por mais dois anos, e ao fim deste período o alemão retornaria a Portugal e seria bem recompensado por *El Rey*.

Hans Staden comandava dois soldados portugueses e possuía um escravo indígena carijó, do grupo guarani. Numa tarde, por ordem de seu comandante o escravo índio instalou armadilhas na mata.

Segundo Staden:

“Eu havia mandado meu servo caçar na floresta. Pretendia segui-lo no dia seguinte e apanhar as presas de modo que tivéssemos o que comer, pois nessa terra nos alimentamos do que a selva oferece.”

Entretanto, naquela noite um grupo de guerreiros tupinambá chegou à ilha do Guaimbê e provavelmente notou as armadilhas na mata. Portanto, os guerreiros sabiam que pela manhã os ocupantes do forte sairiam para resgatar os animais capturados. Então, prepararam uma tocaia e aguardaram.

Hans Staden caminhava por uma trilha em busca das armadilhas na mata quando foi surpreendido. O alemão relatou assim este evento:

“Quando eu estava caminhando pela floresta, ressoou de repente, nos dois lados do caminho, o grito de guerra dos selvagens. Eles vieram correndo até onde eu estava. Quando percebi o perigo já estava encurralado; os selvagens apontavam os arcos na minha direção e chegaram a atirar algumas flechas. Só pude gritar: “Deus tenha piedade da minha alma”. Logo depois disso fui derrubado. Atiraram flechas em mim e picaram-me com lanças. Rasgaram-me as roupas. Em seguida, brigaram a minha volta: um dizendo que tinha sido o primeiro a me atingir, o outro que tinha sido ele o meu captor.”

Hans Staden foi amarrado e conduzido até a praia onde os tupinambá haviam escondido suas canoas. Logo depois de embarcados, iniciaram a remar de retorno às suas terras. Segundo Staden e outros cronistas do século XVI, os tupinambá, além de grandes guerreiros, eram também excelentes remadores.

Na narrativa do alemão:

“Neste intervalo de tempo, alguns barcos saíram de Bertioga em nossa perseguição, com a esperança de nos apanhar. Mas os Tupinambá remavam depressa demais. Quando meus amigos viram que não era possível alcançar-nos, retornaram.”

A viagem de retorno à aldeia tupinambá durou 3 dias. Hans Staden descreve a aldeia com sete ocas e localizada a 30 milhas de Bertioga. Refere-se à região pelo nome de Ubatuba. Seguindo os rituais indígenas, teve de entrar na aldeia gritando “Eu, a sua comida, estou chegando”.

Jovens e velhos correram para vê-lo e as mulheres dançaram ao seu redor. Depois, estas o agrediram com socos e puxões de barba, justificando vingança por seus mortos. Era a recepção dispensada àqueles que seriam devorados em seus rituais antropofágicos.

Seus captores, os irmãos Nhaepepo-açu e Alkindar-mirim, resolveram oferecê-lo como presente a Iperu-açu. Staden tentou explicar a Iperu-açu que era alemão e não peró, como os tupinambá denominavam os portugueses, e que era amigo dos franceses. Porém, o chamaram de mentiroso e disseram que todos os perós afirmavam o mesmo para não serem devorados.

Staden passou a viver com Iperu-açu e erigiu em frente a oca uma cruz aos pés da qual orava diariamente. Dizia aos indígenas que desta forma conversava com seu Deus, que era muito poderoso. Isto despertava temor nos nativos que eram bastante místicos.

Quando uma epidemia de varíola assolou a aldeia e matou muitos indígenas, Hans Staden se valeu disso e disse que seu Deus estava zangado com eles, pois queriam matá-lo e comê-lo, e por isso os estava castigando. Os índios, ingênuos dentro de sua mística, acreditaram no alemão e muitos o procuraram para se desculpar e pedir a ele que rogasse ao seu Deus para não matá-los.

Aos poucos, Staden despertou temor e respeito nos Tupinambá da aldeia de Iperoiç. Viveu entre eles por aproximadamente 9 meses até ser resgatado por uma nau francesa que comerciava com os nativos. Levado à França, rumou para Hesse, em Homberg, Alemanha. Escreveu sua narrativa das

aventuras vividas em terras brasileiras e entre os nativos “comedores de gente”. Há notícias que tenha falecido em torno de 1575.

Armação das Baleias

Dom Sebastião, último príncipe da dinastia Avis, ascendeu ao trono português em meio a grandes expectativas, entretanto, teve sua vida abreviada em conflito com os mouros no Marrocos. Morreu jovem e sem deixar herdeiros ao trono português.

Quem assumiu o trono luso no seu lugar, foi seu tio e ex-tutor, o cardeal Henrique, que logo veio a falecer. Um pouco antes de ser colhido pela morte, o cardeal-rei instituíra um conselho de cinco governadores que, em seguida ao sepultamento de D. Henrique, assumiria transitoriamente o governo.

Ao fim da dinastia Avis, teve início um período de muitas disputas pela coroa lusa. Entretanto, quem assume o trono definitivamente é Felipe II da Espanha, filho de mãe portuguesa era neto de Dom Manoel, o Venturoso. Em 1580, as coroas espanhola e portuguesa são fundidas sob a denominada União Ibérica.

Decorridas mais de duas décadas da união peninsular, aos 9 de agosto de 1602, Felipe III, filho de Felipe II, Rei de Espanha e Portugal, concedeu alvará ao Capitão Pêro Urecha e Julião Miguel, para explorar a pesca de baleias na costa brasileira.

No documento emitido pelo rei era destacada a grande quantidade de baleias que freqüentava este litoral e, portanto, a necessidade de pescá-las. O alvará concedia o privilégio de exploração da pesca por dez anos aos dois capitães biscainhos, que se comprometiam a abastecer de azeite de baleia o recôncavo baiano e regressarem depois, diretamente a Portugal, em cujos portos descarregariam o que sobrasse da produção e outras mercadorias que porventura transportassem do Brasil, pagando os respectivos direitos alfandegários à coroa.

Os primeiros estabelecimentos da indústria baleeira no Brasil se situaram no recôncavo baiano e datam do início do século XVII. Estas casas da Armação foram construídas na Ilha de Itaparica, em frente à cidade de Salvador, então capital da colônia.

Ao fim do período de concessão aos capitães biscainhos estes nunca mais voltaram a arpoar no Brasil. Logo depois, em 1614, instaura-se o monopólio da pesca à baleia e após, o arrendamento temporário da atividade a particulares.

No recôncavo, a temporada baleeira iniciava-se no dia de santo Antônio ou São João Batista. Era rezada uma missa na capela de Monte Serrat e o padre abençoava as armas e embarcações, que se lançavam ao mar. As velas quadrangulares das baleeiras eram vista ao longe e a população curiosa se aglomerava na praia para assistir empolgada aos emocionantes lances da caçada.

Esperavam durante horas que tremulasse no mastro da embarcação a bandeirinha branca que anunciava a vitória do arpão e da lança sobre as vigorosas baleias, que mesmo feridas chegavam a arrastar os barcos.

Em alguns dias conseguia-se arpoar sete ou oito animais, que eram rebocados até os estabelecimentos da Ilha de Itaparica, onde os desmanchadores, geralmente escravos, retalhavam o peixe sob as ordens do feitor da praia.

O cetáceo, dissecado de ponta a ponta, chegava a medir 22 metros e um único animal com essas dimensões produzia até 100.000 litros de óleo. Separava-se a carne, toucinho, ossos e barbatanas. A carne, considerada produto de categoria inferior era distribuída entre os próprios baleeiros, vendida às negras quitadeiras e ao povo em geral que a consumiam fresca ou a salgavam. No caso dos cachalotes, extraíam o espermacete para a fabricação de velas.

O toucinho era fundido em caldeiras para se apurar o óleo, considerado produto de primeira necessidade, era utilizado na construção civil e na iluminação. A barbatana era usada na indústria de

vestuários e os ossos na confecção de móveis ou construção de cercas. Tanto o azeite quanto as barbatanas figuravam ao lado do açúcar, tabaco, algodão, pau-brasil e jacarandá, na relação das mercadorias exportadas da Bahia para Portugal.

Na segunda metade do século XVII instalaram armações na costa fluminense, marca inicial da expansão geográfica das armações no sul da colônia. O desenvolvimento da indústria brasileira, na costa do Rio de Janeiro, favoreceu a expansão para o litoral paulista. Feitorias foram instaladas em Ilha Bela, na Ponta das Canas, defronte a São Sebastião; na Ilha de Santo Amaro, em Bertioga e uma sucursal na praia do Góes; e na Ilha do Abrigo, litoral de Cananéia.

A Armação de Bertioga ergueu-se ao norte da Ilha de Santo Amaro, no distrito de Santos, nas proximidades do forte de São Felipe e de São João, no local que ainda hoje abriga as ruínas da ermida de Santo Antonio do Guaibê. Construída em meados do século XVIII e ampliada durante o Governo de Morgado de Mateus, dispunha de seis tanques de azeite com capacidade para armazenar o óleo de cem baleias. Um armazém para recolhimento das barbatanas e doze caldeiras servidas por trinta escravos no *engenho de frigar*.

A baleeira era uma embarcação de proa e popas afiladas para manobras ligeiras nas diversas direções, tinha em torno de 10 a 12 metros de comprimento por aproximadamente 2,20 metros de largura. As velas eram quadrangulares ou redondas de brim, aniagem ou algodão. Era uma embarcação leve e frágil apropriada para perseguir e acuar as baleias, porém inadequada para a navegação em alto mar. “Lanchas” tripuladas por remadores, arpoador e timoneiro, acompanhavam as baleeiras. O êxito da pesca dependia da harmonia e do equilíbrio da ação conjunta da tripulação.

O primeiro passo era localizar os animais em meio às ondas. A nuvem que se formava do respiro das baleias era a pista que a tripulação precisava. O arpoador ia em pé à frente da baleeira e através de gritos e gestos direcionava o mestre do leme. Esperavam o animal chegar à flor d’água e continuavam a perseguir-lo. Quando faltava o vento a busca seguia a remo.

As lanchas de arpoar cercavam a baleia que, ao aflorar da água, recebia o golpe do arpão. O animal ferido arrancava arrastando consigo o barco. Quando cansava as lanchas se aproximavam e o cetáceo era lanceado até a morte. O sangue tingia o azul do mar.

Finda a luta, morta a baleia, mantinham-na a tona a te removê-la à terra. A atividade, sangrenta ao extremo, por vezes se mostrava mais torpe. Era comum se estocar os baleotes para atrair a mãe, que vinha em seu socorro tentando se interpor entre a cria e a baleeira. Desta forma, tornava-se alvo fácil para os arpoadores.

Segundo cronistas do século XVI o litoral brasileiro, do sul ao recôncavo baiano, era farto em baleias. Os maiores caçadores deste cetáceo, no século XVII e XVIII, foram os holandeses; no XIX a supremacia da pesca ficou por conta dos norte-americanos e ingleses, e no século XX, aos noruegueses e japoneses. Estatística da *International Whaling Statistics*, informam que em apenas 71 anos, de 1868 a 1939, foram mortos 822.381 animais, ou seja, mais de 10 mil por ano.

No fim do século XIX foi inventado o canhão de arpões, que, juntamente com a expansão das frotas baleeiras e a construção de navios-frigoríficos, determinou um grande aumento das capturas, a ponto de algumas espécies se encontrarem ameaçadas de extinção. Na década de 1970, numa tentativa de salvaguardar a existência desses animais, companhias internacionais procuraram limitar e controlar a pesca das baleias.

Em meados da década de 1980, proibiu-se por cinco anos a pesca com fins comerciais, sendo permitida apenas a captura para fins científicos. Eram, então, poucos os países que tinham uma indústria baleeira significativa, mas alguns rejeitaram a proibição e continuaram com a pesca. No Brasil, os cetáceos estão protegidos por lei desde 1986.

Referências Bibliográficas

- ANCHIETA, José. Cartas jesuíticas III: cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. São Paulo: Vila Rica, 2003.
- ELLIS, Miriam. A baleia no Brasil colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- FUNARI, Pedro e PELEGRINI, Sandra. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.
- KNIVET, Anthony. As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2007.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memórias para a história da capitania de São Vicente. São Paulo: Martins Editora, 1953.
- MORI, Vitor Hugo. Arquitetura Militar: Um panorama Histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 2003.
- OLIVEIRA, J. R. M. e CARIGNATTO, D. A pesca de baleia no Brasil: Um estudo de história e meio ambiente. Assis: Núcleo de Ensino da Pró-Reitoria de Graduação da UNESP, 2002.
- STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

